

Munhoz vê quadro “anárquico”

“Afinal, para que servem os economistas?” A pergunta foi feita ontem pelo economista Dércio Garcia Munhoz, professor da Universidade de Brasília, durante a reunião do Conselho Regional de Economia, onde foi divulgada a “Carta de Conjuntura”, boletim mensal da entidade.

Ao analisar a desorganização da economia brasileira, Munhoz afirmou que o processo de transferência de rendas para os aplicadores e instituições financeiras, e as perdas de salário real, instauraram “um processo anárquico que subverte a ordem social e solapa a estabilidade das instituições democráticas”. Na opinião do professor da UnB, os economistas precisam justificar os anos que passaram na faculdade, apresentando sugestões para esta crise econômica que têm sérios reflexos políticos.



João Pires

Munhoz: Para que serve o economista?

E apresentou uma proposta: “Apenas a rápida e profunda reversão das taxas de juros e revisão parcial do aumento de impostos, recorrendo-se a algo parecido com os ins-

trumentos do Plano Cruzado I, poderão reestabelecer o quadro de rendas de março de 86, eliminando o conflito distributivo que ameaça a democracia brasileira”.

Segundo o economista, o conflito surgiu no segundo semestre do ano passado, quando o governo implantou “a mais ortodoxa das políticas econômicas, elevando os juros e os tributos para reduzir a demanda”. Conter a demanda com esses instrumentos, na sua opinião, significa precisamente a criação de um conflito distributivo entre diferentes agentes que atuam no processo produtivo, porque a elevação dos custos de produção aciona automaticamente o mecanismo de preços, que, via inflação, leva a uma acomodação das rendas com prejuízo para os assalariados e pequenos empresários.

Lembrou que os salários reais, em março, apresentaram substanciais perdas em relação a março de 86 (queda entre 20 e 30%). “Nessas condições, é fácil perceber o estrago que causaria a simples eliminação do gatilho salarial: em três meses o salá-

rio real cairia para um nível equivalente a 50% do que valia em março de 86.

Outro aspecto do problema do gatilho é o das entidades públicas que dependem de receitas baseadas em tributos de valor específico. Isso, segundo Munhoz, cria um impasse para prefeituras e Estados, que terão de fazer demissões em massa para suportar os reajustes do gatilho.

Ainda na reunião do Conselho Regional de Economia, José Carlos Braga, secretário especial de Abastecimento e Preços, que está demissionário, classificou o plano de reajustes setoriais “inteligente e moderno”, e negou que o realinhamento geral de preços que as empresas deverão fazer ainda em abril, antes da introdução do novo regime de preços, vá provocar o “estouro” da inflação.

“Apenas as empresas que ainda estão com os preços defasados vão atualizá-los com os níveis de abril, e a partir de maio teremos novamente uma estrutura de preços relativos e uma dinâmica de equilíbrio que favorece a volta dos investimentos”, comentou Braga.